

ESPECIFICAÇÃO 2024.0906.00002-6

ESPECIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEMARCAÇÃO E GEORREFERENCIAMENTO DOS LIMITES DO REFUGIO DE VIDA SILVESTRE CORIXÃO DA MATA AZUL, LOCALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE COCALINHO/MT E NOVO SANTO ANTONIO/MT.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas ART – Anotação de Responsabilidade Técnica CAD – Computer Aided Design
CGTER – Coordenação Geral de Consolidação Territorial CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUCO – Coodenadoria de Unidades de Conservação
DCOL – Divisão de Consolidação de Limites
DISAT – Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs EME's – Equipamentos de medições eletrônicas
ESEC – Estação Ecológica
GNSS – Global Navigation Satellite System GPS – Global Positioning System
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária NTGIR – Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais PARNA – Parque Nacional
PEC – Padrão de Exatidão Cartográfica REVIS – Refúgio de Vida Silvestre
RT – Responsabilidade Técnica
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SIG – Sistema de Informações Geográficas
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRFA – Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
SUBIO – Superintendencia de Biodiversidade e Mudanças Climáticas
UCs – Unidades de Conservação
UTM – Universal Transversa de Mercator

1. OBJETIVO

Contratação de prestação de serviços técnicos especializados de Pessoa Jurídica, no âmbito do Programa Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos biomas Amazônia e Cerrado - Copaíbas, para demarcação e o georreferenciamento dos limites do Refúgio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul, Unidade de Conservação Estadual com um perímetro total a ser demarcado e sinalizado estimado em 110,10275 quilômetros, com exatidão e precisão posicional da localização, da dimensão e dos limites da referida Unidade de Conservação. Os serviços topográficos e de georreferenciamento incluem: medição, demarcação, inclusive com abertura de picadas quando necessário, posicionamento de vértices, implantação de marcos georreferenciados, utilização de sensoriamento remoto, confecção de plantas e mapas, memoriais descritivos, planilha de dados georreferenciados, além de outros itens que compõem o rol de exigências legais para que a unidade de conservação possua seus limites definidos com precisão, assim como confecção de placas e sinalização do perímetro da Unidade de Conservação Estadual, conforme orientações desta Especificação e em atendimento à Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais vigente e demais normas atinentes ao tema.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O Programa Copaíbas trata-se de uma iniciativa de conservação ambiental, implementada com a contribuição financeira da *Norwegian Agency for Development Cooperations* - NORAD (Agência Norueguesa para Desenvolvimento e Cooperações), por meio do *Norwegian Ministry of Foreign Affairs* - MFA (Ministério das Relações Exteriores da Noruega), com gestão pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio. O objetivo geral do Programa é contribuir para a redução da taxa de desmatamento e a consequente emissão de Gases de Efeito Estufa por meio de estratégias que promovam a conservação de florestas e áreas de vegetação nativa na Amazônia e Cerrado, contribuindo também para melhorar as condições de vida de populações tradicionais e povos indígenas.

Atualmente existem no Estado de Mato Grosso 47 Unidades de Conservação Estaduais, abrangendo cerca de 3.109.178,28 milhões de hectares, sendo 34 Unidades de Conservação de Proteção Integral e 12 Unidades de Uso Sustentável, sendo que as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) que são 6 até o presente momento não foram contabilizadas por terem sua gestão realizada por particulares.

Cerca de 65% dessas UCs ainda não tiveram seus limites oficiais devidamente georreferenciados e demarcados. A situação fundiária destes espaços é bastante complexa, uma vez que pode ser composta por áreas geridas por diversos órgãos federativos, tais como INCRA, ICMBio, ou terras em sua maioria sob domínio privado.

A administração e gerenciamento das Unidades de Conservação Estaduais estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, que tem por atribuição promover a Consolidação Territorial dessas áreas, o que inclui o reconhecimento, consolidação e divulgação desses limites.

A Coordenadoria de Unidades de Conservação - CUCO da SEMA tem como uma de suas atribuições a gestão das unidades de conservação, e vem recebendo regularmente demandas para o cumprimento dessas ações. Por meio da execução dos recursos de Programa como o COPAIBAS e também com recursos de compensação ambiental, de diversas fontes, a CUCO/SEMA viabiliza a demarcação e sinalização dos limites das Unidades de Conservação Estaduais.

2.1. REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE CORIXÃO DA MATA AZUL

O Refúgio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul, criado pela Lei Estadual nº 7.519 de 28/09/01, tem como objetivo de proteger ambientes naturais, assegurando condições para a existência ou reprodução de espécies, comunidades da flora local, da fauna residente ou migratória.

A porção territorial, a ser medida, demarcada, georreferenciada e sinalizada, objeto deste instrumento, trata-se do Refúgio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul está localizado na região chamada de Pantanal do Rio das Mortes, nos municípios de Cocalinho e Novo Santo Antônio no Estado de Mato Grosso.

O Refúgio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul com dimensão de 40.000,00 ha (quarenta mil hectares) e um perímetro total a ser demarcado e sinalizado estimado em 110,10275 quilômetros.

Um mapa com a localização da unidade e áreas do entorno são apresentados nos Anexo I e II. A seguir, na Tabela I, são apresentadas as informações da unidade em questão.

Tabela I – Informações do RVS Corixão da Mata Azul

Nome	Perímetro total a ser demarcado estimado (m)¹	Quantidade total de placas²	Municípios abrangidos	Número de vértices do ato legal de criação da UC³
RVS Corixão da Mata Azul	110102,75	20	Cocalinho e Novo Santo Antônio	08

¹ Essa estimativa de perímetro se refere ao cálculo realizado por meio de ferramentas de análise espacial do limite da unidade sobre a base cartográfica definida no decreto de criação da mesma; assim, pode ter variação com a realidade encontrada em campo conforme a escala desta base. A empresa pode realizar o refinamento desse limite com base em imagens de melhor resolução espacial para atingir a escala exigida na NTGIR vigente, com vistas à elaboração do planejamento logístico e orçamentário. Sendo assim, qualquer acréscimo de perímetro decorrente dessa variação não justifica a celebração de aditivos financeiros ou de prazo.

² A estimativa da quantidade de placas de sinalização segue a Minuta de Orientação Geral para Sinalização de Limites de Unidades de Conservação Federais que orienta, de modo geral, a colocação de 1 placa a cada 3 km para limites terrestres e 1 placa a cada 5 km para limites descritos em margens ou leitos de rios, igarapés, lagos, lagoas. A aquisição desse material é de responsabilidade da contratada.

³ Já a estimativa de marcos deve ser feita pela contratada com base na necessidade de implantação de 1 marco a cada vértice previsto no decreto de criação da unidade, acrescido de uma estimativa de marcos para demais regras exigidas na NTGIR e para os marcos de apoio e testemunho a serem implantados. A aquisição desse material também é de responsabilidade da contratada.

O serviço de georreferenciamento contemplará a identificação, demarcação, rastreamento de sinal GNSS dos limites de perímetros, com a devida implantação e codificação de

marcos em conformidade com a Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais vigente e sinalização de perímetro.

2.2. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços topográficos georreferenciados (medição, demarcação incluindo abertura de picadas onde necessário e elaboração de peças técnicas de Georreferenciamento de Imóveis) assim como confecção de placas e sinalização de perímetro das Unidades de Conservação Estaduais, são necessárias para a definição clara e precisa dos limites das Unidades, facilitando a gestão, colaborando com o ordenamento territorial regional e afirmando a presença do Estado.

A **lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, define em seu art. 2º, inciso I: *“unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”*. Este artigo reforça a necessidade de estabelecer mecanismos para esta definição.

Os serviços topográficos de Georreferenciamento é extremamente especializado, exigindo inclusive Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e, portanto, é realizado por meio de contratações de empresas com experiências comprovadas.

No que diz respeito à fundamentação legal, citamos as seguintes normas:

- ✓ Lei Federal nº 9.985/2000
- ✓ Decreto Federal nº 4.340/2002;
- ✓ Manual Técnico para o Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição (Portaria Nº 2.502, de 22 de dezembro de 2022);
- ✓ Lei Estadual nº 7.519 de 28/09/01;
- ✓ Portaria nº 486, de 02 de setembro de 2013;
- ✓ Demais legislações e normativas oficiais pertinentes ao tema.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Variáveis para compor o grau de dificuldade de acordo com as condições locais

Os parâmetros foram obtidos por meio da Norma de Execução INCRA/Nº47/2005, adaptada às condições de execução de georreferenciamento em unidades de conservação.

Utilizou-se também como base a expertise do SRFA/INCRA.

- I – Vegetação: distribuição da cobertura vegetal ao longo da área dos serviços:
- a) Campo – ocorrência de vegetação rasteira, desprovida de árvores;

- b) Arbustiva – ocorrência de arbustos e árvores de pequeno porte espaçadas, tipo cerrado e caatinga;
- c) Mata – ocorrência de árvores de médio e/ou grande porte a exemplo daquelas identificadas na Mata Atlântica e na região da Amazônia Legal.

II – Relevo: desenvolvimento da superfície topográfica na região dos serviços:

- a) Suave: terreno de planícies com poucas ondulações;
- b) Movimentado: terreno com incidência de ondulações e desníveis moderados;
- c) Acidentado: terreno com grande incidência de ondulações e desníveis acentuados.

III – Insalubridade: incidência de endemias e/ou epidemias na região dos serviços:

- a) Baixa: região com nenhum ou pouco histórico de incidência;
- b) Média: região com histórico recente de incidência;
- c) Alta: região com histórico frequente de incidência.

IV – Acesso: Vias disponíveis para alcance da área de serviços e deslocamento no seu interior:

- a) Fácil: existência de vias com boas condições de trafegabilidade;
- b) Regular: existência de vias com baixa condição de trafegabilidade;
- c) Difícil: insuficiência de vias de alcance e ou penetração.

V – Clima: Condições meteorológicas predominantes no período de execução de serviços:

- a) Favorável: inexistência de precipitação pluviométrica ou neblina;
- b) Mediano: incidência de precipitação pluviométrica esparsa ou neblina rarefeita;
- c) Desfavorável: incidência de precipitação pluviométrica freqüente ou neblina densa.

VI – Litígios: Presença de conflitos agrários, disputas de áreas, ocupações irregulares e outras desavenças relacionadas à posse de terras públicas na Amazônia Legal (grilagem):

- a) Ausente – Região pacificada ou com predominância de comunidades tradicionais da Amazônia.
- b) Moderado – Região com problemas culturais e tradições devido à imigração de agricultores de outras regiões do País para Amazônia Legal convivendo com comunidades tradicionais e indígenas, muitos problemas de localização dos limites das posses entre vizinhos;
- c) Constante – Região que predomina conflitos agrários, desmatamento clandestino, grilagem de terras, invasão de terras indígenas – podem provocar paralisações dos serviços.

Para pontuar o grau de dificuldades, utilizaram-se pesquisas de dados geográficos de cada região que compõem os itens a contratar, como mostrados nas Tabelas II e III a seguir. A Tabela IV mostra uma exemplificação do cálculo de dificuldade.

Tabela II – Tabela de Pontos e grau de Dificuldade

Variáveis	Grau de Dificuldades		
	02 pontos	04 a 06 pontos	08 a 10 pontos
Vegetação	Campo	Arbustiva	Mata
Relevo	Suave	Movimentado	Acidentado
Insalubridade	Baixa	Média	Alta
Acesso	Fácil	Regular	Difícil
Clima	Favorável	Mediano	Desfavorável
Litígios	Ausente	Moderado	Constante
Totalização			

Tabela III – Pontuação e Majoração/Redução (%)

Pontuação	Majoração/Redução %
10 a 15	-40
16 a 25	-20
26 – 35	0
36 – 45	20
46 – 50	40

Tabela IV – Majoração/Redução dos custos conforme variáveis que compõem o grau de dificuldade

Lote 01	RVS CORIXÃO DA MATA AZUL			
Variáveis	Grau de Dificuldade			Pontos
Pontuação	2	04 a 06	08 a 10	
Vegetação	Campo	Arbustiva	Mata	04
Relevo	Suave	Movimentado	Acidentado	02
Insalubridade	Baixa	Média	Alta	02
Acesso	Fácil	Regular	Difícil	04
Clima	Favorável	Mediano	Desfavorável	02

Litígios	Ausente	Moderado	Constante	02
Totalização				16
Majoração/Redução - Grau de Dificuldade				-20

3.2. Descrição do Serviço

Conforme descrito anteriormente, a proposta visa a demarcação georreferenciada e sinalização dos limites do Refúgio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul conforme Lei Estadual de criação nº7.519 de 28/09/01. Para atingir tal objetivo, recomenda-se que o trabalho contenha minimamente as seguintes etapas:

Levantamento e análise de dados dos vértices do ato de criação, elaboração de mapas, plantas e eventuais outros materiais que concorram para o entendimento dos limites da UC e desenvolvimento dos trabalhos;

Materialização dos vértices do limite da UC por meio da instalação de marcos a partir de normas oficiais vigentes do INCRA e instalação de placas de sinalização em seus limites;

Georreferenciamento de alta precisão do limite da Unidade de Conservação, a partir da definição das melhores ferramentas existentes, buscando otimização dos trabalhos e dos recursos financeiros a partir das normas oficiais vigentes do INCRA.

Assim, considerado o exposto, o objetivo deste serviço é a demarcação georreferenciamento e a materialização dos vértices previstos no memorial descritivo do decreto de criação da UC. De forma complementar, espera-se a geração de um polígono georreferenciado com a determinação da localização, da dimensão (ha), do perímetro (km), e da sinalização dos limites da unidade. Toda a metodologia do trabalho deverá ser orientada por parâmetros e normas estabelecidos pelos órgãos oficiais como o INCRA.

Ressalta-se que todos os documentos devem ser elaborados considerando as melhores práticas de sua área de abrangência, bem como as normativas e legislação existente, devendo todos esses parâmetros serem validados junto a CUCO/SEMA antes de sua entrega e aprovação final.

O arquivo *shapefile* da demarcação, georreferenciamento irá compor o conjunto de dados geoespaciais da base da SEMA, que se encontra referenciado ao Datum SIRGAS 2000), oficial do Sistema Geodésico Brasileiro e Cartográfico Nacional, definido pela Resolução IBGE nº 01/2005. O padrão universal de codificação de caracteres adotado é o **UTF-8** (8-bit *Unicode Transformation Format*).

4. ETAPAS DE EXECUÇÃO, ATIVIDADES E PRODUTOS RELACIONADOS

4.1. ETAPA 1

4.1.1. Atividade 1: Reunião de planejamento e plano de trabalho preliminar

Será realizada uma reunião inicial (Online), após a assinatura do contrato, para orientação e definição de pontos específicos para a execução dos serviços contratados e avaliação das datas das atividades de campo.

A equipe da CUCO/SEMA apresentará à CONTRATADA os limites da unidade de conservação e seus documentos legais relacionados, as análises técnicas já elaboradas e a poligonal atual do Refúgio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul elaborada a partir do documento de criação da unidade, assim como outros documentos e arquivos que possam orientar e subsidiar a execução da demarcação, georreferenciamento e da sinalização de perímetro do RVS Corixão da Mata Azul. Na reunião inicial, a contratada poderá apresentar e discutir a metodologia, técnicas e métodos de todas as etapas e fases do trabalho.

O cronograma deve conter todas as atividades a serem realizadas, inclusive aquelas que serão desenvolvidas em conjunto com o Órgão Gestor, indicando responsáveis, datas, meios, envolvidos e providências. O Plano de Trabalho preliminar deve incluir um cronograma de execução das atividades, não se restringindo às etapas indicadas na presente Especificação.

O Plano de Trabalho preliminar deverá conter de forma detalhada a estratégia de execução dos trabalhos pela Contratada.

4.1.2. Atividade 2: Reunião com os atores locais

A reunião com os moradores tem como objetivo dar transparência, informar e divulgar aos mesmos as atividades que serão realizadas durante a vigência do contrato. A reunião deverá ser presencial nos municípios Cocalinho ou Novo Santo Antônio, registrada em ata e ter lista de presença.

Esta reunião terá um tempo máximo de 04 horas e será organizada pela equipe do órgão gestor cabendo à Contratada apresentar a versão preliminar do Plano de Trabalho e compilar sugestões de ajustes, caso necessário. Ressalta-se que, por parte da Contratada, fica estabelecida a participação obrigatória do profissional de georreferenciamento ou responsável técnico e deverá estar devidamente identificado. Logo após a reunião, a CONTRATADA deverá realizar o reconhecimento de campo, conforme descrito no item a seguir. As datas da reunião e do reconhecimento de campo serão definidas em conjunto com os responsáveis técnicos da SEMA MT na reunião de planejamento e apresentação do plano de trabalho.

4.1.3. Atividade 3: Reconhecimento da UC

É oportuna a realização do reconhecimento de campo, tendo em vista que a empresa vencedora deva ter o conhecimento da área objeto do trabalho, para fins de planejamento da logística necessária para realização das atividades de campo.

O reconhecimento de campo será realizado na unidade de conservação e seu entorno, contida nos territórios dos municípios de Cocalinho e Novo Santo Antônio, devendo ser executado em até 05 dias, objetivando a execução dos trabalhos de campo, após realização do reconhecimento de campo o licitante deve emitir atestado de que realizou a vistoria e conhece o local de prestação de serviços.

As tarefas correspondentes à organização e logística da reunião e do reconhecimento de campo, tais como data, local, mobilização serão de responsabilidade da equipe do órgão gestor. Todos os custos envolvidos na participação (deslocamento, hospedagem e alimentação) dos representantes da contratada serão responsabilidade dela. O acesso à UC deve ser realizado com veículo traçado, de responsabilidade da CONTRATADA. A gestão da UC dará suporte logístico para acesso às áreas que necessitem de deslocamento fluvial.

Após a reunião com os atores locais e reconhecimento de campo, a CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Trabalho final.

4.1.4. Atividade 4: Plano de Sinalização e confecção das placas de sinalização

O Plano de Sinalização será elaborado conforme orientações da CUCO e sob acompanhamento da equipe gestora da UC.

O Plano de Sinalização para a unidade de conservação, deve constar: 1) Indicação de onde serão instaladas as placas; 2) Mapas com coordenadas dos locais onde serão instaladas as placas; 4) especificação de materiais e tecnologias empregadas nas placas a serem confeccionadas; 5) layouts das placas a serem confeccionadas.

O quantitativo de placas a serem produzidas é de 20 (vinte), conforme definido no item 2.1 (Tabela 1). E estas placas devem possuir as seguintes dimensões: largura de 1,50 m, altura 1,2 m, sendo todas confeccionadas em chapa galvanizada nº 16 (espessura de 1,50 mm), com aplicação de fundo primer (fosfatização) e acabamento com pintura eletrostática.

As placas deverão ser formadas por peça única. Não serão aceitas peças com emendas, coladas ou encaixadas (exceção feita apenas para o reforço, que deve ser fixado na parte de trás da placa).

Um modelo em formato de arquivo de *software* de edição de imagem será destinado à CONTRATADA. O modelo guarda proporcionalidade com as dimensões das placas. Ele deve ser utilizado como referência para a escolha do tipo e tamanho da fonte, dimensão das logomarcas e de todos os itens que devem estar nas placas.

A CUCO poderá apresentar até 02 (dois) *layouts* diferentes para confecção de placas para a Unidade de Conservação, a serem elaborados a partir do modelo padrão apresentado pela CUCO.

As placas devem ter garantia de vida útil de no mínimo 10 (dez) anos para o material e acabamentos. Segue no Quadro I abaixo as características para confecção das placas.

Quadro I – Características das placas

Mensagens	Nome da Unidade de Conservação; Mapa, Frase de orientação e Coordenada do Marco; Número e data do ato de Criação; Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Coordenadoria de Unidades de Conservação
Símbolos	Brasão do Estado; Logo da SEMA; Logo da Unidade de Conservação (opcional);
Frente da placa	Fundo: branco; Letras: pretas (exceto da tarja de restrição); Brasão do Estado: cores padrão; Logo da SEMA: conforme manual de identidade visual do órgão; Logo da UC: nas cores especificadas no layout a ser encaminhado (opcional); Logo do programa Copaíbas e parceiros, conforme manual;
Fonte	Nome da UC: por extenso, negrito e de caixa alta; Fonte do nome da UC: DIN Alternative Black; Tamanho: Definido em modelo apresentado em arquivo de <i>software</i> de edição de imagem encaminhado à contratada em reunião;
Dimensões	1,50m de largura x 1,2 m de altura;
Altura da haste de fixação	4,00 m
	A fixação deve ser confeccionados 02 postes para cada placa em tubo de aço galvanizado sem soldas transversais com 4,00 m (quatro metros) de comprimento, diâmetro externo de 100x100x5 mm. O topo (extremidade oposta) deverá conter uma tampa (chapéu) galvanizada para proteção contra infiltração de água. Todo o conjunto deverá ser galvanizado a fogo, interna e externamente; A fixação dos postes às placas deve ser feita por meio de braçadeiras de aço parafusadas. Nos casos, nos quais o terreno cuja placa deva ser implantada não proporcione estabilidade, devem ser utilizadas alternativas de fundação adequadas às condições do terreno;

Material de confecção	<p>Peça única de chapas galvanizadas nº 16 (espessura de 1,50 mm) perfeitamente plana, lisa e isenta de rebarbas ou bordas cortantes;</p> <p>Parafusos galvanizados;</p> <p>As chapas deverão passar por processo de limpeza e desengraxamento, de modo a garantir perfeita aderência das tintas e películas refletivas.</p> <p>A placa deve ter aplicação de wash-primer e fundo primer (fosfatização), indicada para promover aderência sobre superfícies de aço galvanizado para uso em exterior;</p> <p>O acabamento deve ser feito com pintura eletrostática;</p> <p>A película reflexiva deve ser composta por lentes prismáticas, micropoliedros (cubos completos) de máxima performance em reflexividade e angularidade. A película deve ser ideal para longas distâncias, condições adversas diurnas e noturnas: chuva, neblina, entardecer e amanhecer. Devem ser fornecidos em tantas cores quantas necessárias para as informações e os logotipos do layout a ser apresentado pela CUCO/SEMA;</p>
Verso da placa	<p>No verso, o acabamento deverá ser feito com duas demãos de wash primer à base de cromato de zinco, primer e, após secagem, duas demãos de tinta tipo esmalte sintético de cor preta fosca ou semifosca;</p> <p>As placas deverão ser contornadas por um perfil metálico de aço carbono galvanizado por imersão a frio e possuir longarinas que proporcionem reforço;</p> <p>As placas devem possuir reforço estrutural com Moldura – Tubos Metálicos nas medidas (30x30x#2mm), para que se mantenham planas e não sofram com o efeito do vento. Este reforço deve ser fixado à chapa através de solda ponto a ponto, com tratamento de decapagem e demão de washprimer, a base de cromato de zinco com solvente especial para galvanização de secagem em estufa, tratamentos dispensáveis no caso de aço patinável. Os reforços devem ser pintados na cor preta com tratamento e primer adequado ao tipo de procedimento, após o processo de soldagem.</p>

A CONTRATADA poderá usar outro tipo de material para o poste desde que apresente melhor aplicabilidade e durabilidade; e seja acordada em reunião com a equipe técnica da CUCO/SEMA, a qual deve ser devidamente documentada.

Não serão aceitas placas diferentes das acordadas na reunião com a equipe da CUCO/SEMA ou fora das especificações expostas neste projeto básico, com a devida documentação das definições acordadas.

Produtos Etapa 1:

Produto 1 - Plano de Trabalho preliminar

Produto 2 – Atestado de reconhecimento de campo e Plano de Trabalho final

Produto 3 - Plano de Sinalização e confecção das placas.

4.2. ETAPA 2: LEVANTAMENTO, GEORREFERENCIAMENTO E MATERIALIZAÇÃO DOS VÉRTICES DEFINIDORES DOS LIMITES DA UC

4.2.1. Atividade 1: Levantamento, georreferenciamento e materialização dos vértices

As atividades desse item contemplarão minimamente:

- ✓ Identificação dos limites;
- ✓ Transporte de coordenadas;
- ✓ Posicionamento e codificação de marcos;
- ✓ Rastreio com receptor GNSS;
- ✓ Implantação de marcos testemunho;
- ✓ Implantação de marcos intermediários, se necessário;
- ✓ Implantação das placas de sinalização;
- ✓ Abertura de picadas, se necessário; e;
- ✓ Coleta de dados em campo, conforme previsto na NTGIR (2022) vigente.

O levantamento e a determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites deverão ser conduzidos conforme a NTGIR vigente. Para tal, a CONTRATADA deve produzir, organizar e sistematizar os dados e materiais oficiais disponíveis sobre a área de interesse. A CONTRATADA deverá, por meio do seu responsável técnico, optar por usar os métodos definidos na NTGIR vigente, selecionando o método apropriado para cada tipo de limite e condições de acessibilidade e/ou restrição de coleta de dados em função de obstáculos físicos.

Visando garantir a economicidade dos procedimentos de campo, e em situações específicas onde se observe necessidade de decisão ou intervenção com objetivo de dirimir dúvidas quanto aos limites, a equipe gestora/CUCO, assim que comunicado, deverá repassar instrução operacional para a CONTRATADA, orientando como proceder.

Para os fins da Lei Florestal, consideram-se atividade eventual ou de baixo impacto ambiental a abertura de picada para fins de reconhecimento e levantamentos técnicos e científicos (Art. 3, Inciso III, alínea k). E, portanto, ficam dispensadas de autorização do órgão ambiental as intervenções sobre a cobertura vegetal como a abertura de picadas e a realização de podas que não acarretem a morte do indivíduo (Art. 65, Inciso VI).

A Implantação de marcos intermediários, se faz necessário quando as distâncias entre os vértices forem superiores a 5 km. Não podendo ultrapassar o número total de placas a serem instaladas definidas na tabela 01;

A aquisição, obtenção e georreferenciamento de dados de sensoriamento remoto, bases cartográficas etc., serão de responsabilidade da CONTRATADA. Todas as bases, imagens, ortofotos etc. utilizadas para a geração destes vértices devem ser entregues juntamente com a peça técnica, repassando o direito de uso das imagens a CUCO/SEMA.

A CONTRATADA será responsável pela aquisição e/ou confecção dos marcos quantos forem necessários. Todos os custos de transporte, armazenamento e instalação dos marcos também serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Conforme NTGIR vigente, sendo encontrado um marco pré-existente no vértice a ser materializado, a empresa poderá aproveitá-lo para realização do serviço de levantamento. No caso da materialização dos marcos coincidentes, a empresa poderá reocupá-los, devendo relatar o fato a equipe gestora/CUCO e registrar nos documentos técnicos que o marco já implantado foi utilizado na delimitação em questão.

As placas devem ser instaladas pela CONTRATADA durante o processo de materialização dos limites. A confecção e instalação das placas, incluindo o material utilizado, custos de transporte e mão de obra para execução dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA.

Produtos etapa 2:

Produtos 4

- Relatório de campo da materialização dos marcos;
- Relatório fotográfico georreferenciado das placas instaladas;
- Relatório e Planilha de Dados Georreferenciados.

4.3. ETAPA 3: PROCESSAMENTO DOS DADOS

4.3.1 Atividade 1 – Processamento dos dados e entrega do levantamento e da materialização dos vértices

Os arquivos de observáveis (arquivos nativos e rinex, dos vértices medidos com metodologia GNSS e/ou as planilhas de cálculo topográfico dos vértices medidos por métodos clássicos) deverão ser processados, ajustados e convertidos ao plano topográfico local conforme especificado na NTGIR vigente.

No caso de levantamentos executados por metodologia GNSS, a CONTRATADA deve ater-se à compatibilidade entre o *software* de pós-processamento, metodologia e receptores usados no levantamento.

Após serem determinadas as coordenadas e as suas respectivas precisões, deverá ser elaborada uma tabela conforme definido na norma técnica do INCRA vigente. Esta servirá para validação do polígono, constituindo a base ou origem para a produção das demais peças técnicas elaboradas pela CONTRATADA, cálculo de área e perímetro da UC, e geração do memorial descritivo.

A contratada deverá apresentar os produtos da demarcação e georreferenciamento dos vértices implantados do Refúgio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul em conformidade com o ato de criação da unidade de conservação, com Norma Técnica de

Georreferenciamento de Imóveis Rurais vigente (INCRA), bem como orientações CGMA/CUCO/SEMA.

Caso o limite a ser definido em campo não possa, por motivos tecnicamente justificáveis, corresponder ao limite indicado no ato de criação, o fato deve ser informado imediatamente a equipe gestora/CUCO, em documentação específica, a ser definido na reunião, com as devidas justificativas técnicas. O percentual divergente deverá constar no relatório técnico geral a ser entregue pela CONTRATADA, incluindo sua devida justificativa.

Produtos ETAPA 3:

Produtos 5:

- a) Relatório Técnico Final, referente a todos os itens contratados, definindo de forma clara e detalhada, todo o procedimento, metodologia e técnicas utilizadas para a realização dos trabalhos de campo e de escritório. Deverá ser entregue em arquivo digital no formato DOC e PDF, e impresso em papel formato A4, em 1 (uma) via, assinado pelo responsável técnico, incluindo Relatórios de levantamento e materialização (com as devidas monografias de marcos); Relatório Fotográfico contendo as fotos georreferenciadas de todos os vértices materializados e das placas;
- b) Planilha de dados cartográficos, formato XLS (Excel), formatada conforme a norma técnica vigente;
- c) Memorial descritivo em formato DOC e PDF, assinado pelo responsável técnico, conforme modelo da norma técnica vigente;
- d) Mapa dos limites da unidade de conservação, área e perímetro, em versão digital e impressa em 02 (duas) via em papel branco, 02 (duas) vias com imagem de satélite de fundo, A1 (ou mais adequado à escala), de boa qualidade, com gramatura igual ou superior a 90g/m² e inferior a 180g/m², assinado pelo responsável técnico, conforme determinado na norma técnica vigente;
- e) Arquivo vetorial, formato *shapefile* com polilinhas fechadas (polígonos), para a unidade de conservação objeto deste projeto básico, e arquivo vetorial formato *shapefile* (pontos) dos vértices devidamente identificados, bem como de pontos de marcos e polilinhas abertas do perímetro de picadas, quando realizadas. Os arquivos deverão ser elaborados nos formatos de coordenadas geográficas, (grau, minutos e segundos), e UTM e referenciadas ao Datum oficial do Sistema Geodésico Brasileiro e do Sistema Cartográfico Nacional, estabelecido conforme Resolução IBGE nº 01 de 2015 como SIRGAS 2000;
- f) Arquivos digitais com os dados brutos nativos e no formato rinex de observações obtidas por método GNSS e planilha de cálculos de levantamento por método clássico (quando utilizada), assim como relatórios resultantes de processamentos para todo item contratado, conforme especificado;
- g) Todas as bases cartográficas, imagens de satélite e ortofotos utilizadas para geração dos vértices virtuais;

Cada produto deve estar acompanhado da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) por profissional conforme cada entrega.

Todos os arquivos digitais citados nas alíneas acima, bem como outros não citados nessa especificação, mas previstos em Norma vigente, deverão ser entregues em 02 (duas) cópias em mídia digital, contendo estrutura de pastas baseada na NTGIR vigente.

A aprovação dos produtos referentes a atividades da demarcação georreferenciada está atrelada, após a entrega dos produtos, a análise e emissão de parecer por técnicos da CGMA/SEMA.

5. ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS

Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ocorrer segundo as diretrizes contidas neste instrumento. Deverão ser observadas as adequações que se fizerem necessárias, apresentadas pela equipe técnica de acompanhamento, sem que haja acréscimos de tarefas que impliquem no incremento do valor global dos serviços estabelecidos no CONTRATO.

A equipe de planejamento, acompanhamento e fiscalização será composta pela equipe da gestora/CUCO.

A CUCO/SEMA se reserva ao direito de, com uma antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), marcar reuniões para acompanhamento do andamento do trabalho e produtos, devendo a CONTRATADA colocar todos os elementos existentes e em elaboração à disposição da CONTRATANTE. Nesses casos a reunião poderá se dar por videoconferência ou outra forma de telecomunicação que não represente ônus à CONTRATADA, exceto em situações em que a presença de um representante da CONTRATADA, definida em comum acordo entre as partes, se faça essencial para a resolução da demanda geradora da reunião.

Toda a comunicação entre o CUCO/SEMA e a CONTRATADA se dará por meios oficiais, preferencialmente e-mail e/ou processo SIGADOC, quando necessário, devendo haver a confirmação do recebimento dele, caracterizando sua validade. Caso necessário, a equipe técnica de planejamento poderá enviar técnicos para acompanhamento dos trabalhos em campo.

Os servidores do CUCO/SEMA responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços estarão revestidos de poderes para solicitar ajustes e/ou reprovar produtos que não tenham sido executados de acordo com as normas e especificações exigidas no escopo da contratação de serviço PJ e normas técnicas, que será parte integrante e complementar do contrato a ser firmado com a empresa vencedora.

6. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Os trabalhos e produtos descritos nesta especificação de serviço serão executados pela Contratada no prazo de até 255 dias, a contar da data de assinatura do contrato com o FUNBIO, o qual possuirá vigência total de até 345 dias.

6.1. Do prazo máximo para início dos serviços.

O prazo máximo para início do serviço será de 15 dias a contar da data de recebimento do contrato assinado pelo representante legal da CONTRATADA e Contratante.

6.2. Da prorrogação dos prazos

A CONTRATADA somente poderá pedir prorrogação do prazo quando ocorrer interrupção dos trabalhos por fator oriundo da administração da equipe gestora/CUCO, por motivo de força maior ou casos fortuitos, que possam caracterizar impedimentos absolutos para o cumprimento das obrigações assumidas ou, ainda, constitua obstáculos irremovíveis para a execução dos trabalhos, caracterizados pela imprevisibilidade de seus efeitos. Não se incluem entre os casos fortuitos os riscos próprios dos trabalhos inerentes a esta especificação. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONTRATANTE.

6.3. Do cronograma

A forma de remuneração dos serviços é por preço global, sendo que o desembolso será efetuado após a apresentação e aprovação dos produtos relacionados a serem pagos. Os prazos de entrega e aprovação dos produtos estão no quadro abaixo. Havendo necessidades de ajustes, a CONTRATADA deverá atender às recomendações solicitadas para o aprimoramento e a melhoria do produto num prazo máximo de até 30 dias úteis, a depender da complexidade do produto, após o recebimento das recomendações solicitadas. O pagamento do produto será feito após a aprovação da versão final pela equipe gestora/CUCO, seguindo os prazos de pagamento da CONTRATANTE.

Os prazos por produto e porcentagem de pagamento são descritos quadro 3. Os pagamentos serão vinculados ao alcance dos resultados (cumprimento das etapas e entrega dos produtos previstos), conforme cronograma a seguir:

Quadro 3: Produtos, prazos e formas de pagamento

Produto	Prazos para entrega e aprovação (em dias corridos) a partir da assinatura do contrato	Prazos para análise e aprovação em dias corridos	Pagamento
Produto 1 - Plano de Trabalho preliminar	15	15	10%
Produto 2 - Atestado de reconhecimento de campo e Plano de Trabalho final	60	15	20%
Produto 3 – Plano de sinalização e confecção das placas	105	15	10%
Produto 4 - Relatório de campo da materialização dos marcos, relatório fotográfico da instalação das placas e relatório e Planilha de Dados Georreferenciados	165	30	30%
Produto 5 - Relatório Técnico Final, e demais produtos definidos no item 4.3.1 Mapas, Memoriais Descritivos devidamente assinados com ART	255	30	30%

O prazo final para a entrega de todos os produtos é de 255 dias e a vigência do contrato será de 345 dias.

7. DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os produtos deverão ser entregues em idioma português brasileiro, revisados de acordo com a gramática vigente. A formatação dos produtos entregues deverá ser baseada nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) ou outras normas específicas, conforme cada caso, assim como deverá seguir às orientações emitidas pela equipe de planejamento. Todos os produtos finais deverão ser apresentados em capa padrão e diagramados.

Imagens orbitais e/ou aéreas, georreferenciadas e ortorretificadas deverão ser apresentadas em formato de arquivo compactado (*tiff, jpeg, etc.*), conforme o caso. Versões preliminares devem vir com marca d'água que indique esse *status*.

A versão final de todos os produtos deverá ser entregue em formato digital, cujo armazenamento é de responsabilidade da contratada, o que também se aplica aos arquivos de apoio e às versões preliminares. Por arquivos de apoio, entende-se mapas, imagens de satélite, dados vetoriais, textos, tabelas e planilhas, croquis e desenhos, fotos, vídeos, etc.

Todos os produtos que requerem impressão, deverão ser impressos em cores, em qualidade Laserprint ou similar, em papel formato A4 (ou maior a depender do produto), impressos frente e verso, encadernação em espiral com capa de plástico e com material de

boa qualidade, ressalvados os mapas, planilhas, etc. que podem ser impressos em outros formatos.

Todos os aplicativos utilizados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação devem aparecer de forma clara, tanto nos documentos impressos como nos arquivos eletrônicos, de forma que os nomes dos autores apareçam separados dos nomes das instituições.

O modelo dos créditos institucionais será fornecido pela equipe de planejamento da CUCO/SEMA, de acordo com as orientações da Assessoria de Comunicação da SEMA e do FUNBIO.

A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br, com cópia para copaibas@funbio.org.br), devidamente aprovados pela equipe da CUCO/SEMA. O contrato será celebrado com o FUNBIO com recursos do Programas COPAÍBAS e o pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, da nota fiscal e do Termo de Recebimento e Aceite – TRA. Trata-se do documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com o solicitado.

As planilhas de dados cartográficos (planilhas - ods), assim como todos os demais documentos presentes na peça técnica, devem obrigatoriamente passar por um processo de conferência e revisão técnica, a ser realizado pela CONTRATADA, antes da entrega definitiva. A revisão deve, no mínimo, atender as especificações da norma técnica vigente, não descartando a possibilidade de aprimoramento por parte da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá realizar a supervisão da qualidade técnica dos serviços a serem apresentados a equipe gestora/CUCO, e fará a observação dos dados plotados nos mapas gerais, verificação do correto fechamento do polígono, verificação do preenchimento das planilhas de dados georreferenciados, possíveis sobreposições, precisão posicional das coordenadas, antecipando a correção de não conformidades nos trabalhos antes da entrega, procurando evitar a devolução por parte da equipe da CUCO.

Os produtos devem ser entregues à Equipe de Planejamento, que realizará a avaliação e aprovação. Caso os produtos não se apresentem satisfatórios para a aprovação pela Equipe de Planejamento, a Contratada deverá proceder às alterações até que os documentos atendam ao solicitado, para então serem aprovados.

8. INSUMOS NECESSÁRIOS, RESPONSABILIDADES E PREMISSAS

8.1. Caberá à Contratada:

- ✓ Adquirir a autorização do Órgão Gestor da UC para o desenvolvimento das atividades previstas de ocorrerem na área, assim como as demais autorizações, certidões, registros ou documentos equivalentes porventura necessários à execução dos trabalhos desta especificação de serviço PJ, nos casos em que for necessário;

- ✓ Utilizar sua própria equipe técnica, material e local de trabalho, fornecendo os insumos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços descritos, tais como computadores, equipamento GNSS, *softwares* de SIG, serviço de armazenamento e compartilhamento em nuvem, sistema de videoconferência e suíte de escritório;
- ✓ Custear as despesas relacionadas a honorários, encargos sociais e trabalhistas de sua equipe;
- ✓ Custear as despesas de sua equipe nas atividades presenciais tais como reuniões, incluindo custos relacionados a deslocamento de ida e retorno (passagens, veículos, combustível), hospedagem, alimentação e outros;
- ✓ Custear as despesas de diagramação e impressão de documentos, tais como mapas, textos, relatórios, etc.;
- ✓ Elaborar atas de todas as reuniões realizadas, com as suas respectivas decisões e encaminhamentos;
- ✓ Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do contrato em que a equipe gestora/CUCO verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços, obedecendo aos prazos estipulados em cronograma constante no Plano de Trabalho e a vigência contratual.
- ✓ Executar os serviços conforme especificações, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas em sua proposta de forma a atender a execução plena e satisfatória dentro das especificações das normas técnicas, legislação e desta contratação PJ.
- ✓ Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- ✓ Assumir integral responsabilidade pelo cumprimento das cláusulas e condições contratuais, assim como pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância dos projetos e especificações, nos termos da legislação vigente, respondendo perante a CUCO/SEMA e a terceiros pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços.
- ✓ Fornecer os equipamentos e materiais indispensáveis à realização dos serviços objeto desta Especificação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pelo seu transporte para o local de trabalho, por sua conservação e utilização, não podendo justificar atraso na conclusão dos serviços em virtude de deficiência de tais equipamentos ou materiais.
- ✓ O técnico responsável da contratada deverá fornecer cronogramas detalhados das execuções dos trabalhos, inclusive com a posição das frentes de serviço, previsão de início e término das tarefas para cada trecho, atualizando-os sempre que necessário.

- ✓ A empresa vencedora de itens da seleção deverá se antecipar, caso necessário, providenciando visto no CREA do estado de Mato Grosso, objetivando a apresentação, no ato da MOBILIZAÇÃO, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA no Estado, com o devido visto do profissional responsável nessa UF do objeto dos itens contratados, e as decorrentes ART derivadas, que porventura se fizeram necessárias;
- ✓ Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação, cadastro e habilitação parcial válidos no SICAF;
- ✓ Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- ✓ Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar;
- ✓ Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos membros da equipe alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.
- ✓ Instruir seus empregados das normas internas da administração da UC, bem como o atendimento da legislação ambiental vigente;
- ✓ Instruir a equipe a respeito das atividades a serem desempenhadas. No caso de consórcio, responder solidariamente pelos atos praticados tanto na fase da seleção quanto na execução do contrato;
- ✓ Notificar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação de serviços;
- ✓ Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- ✓ Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade,
- ✓ Cumprir cada uma das normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho;
- ✓ Assegurar durante a execução dos trabalhos a proteção e conservação dos serviços executados;
- ✓ Executar, no prazo estabelecido no cronograma.
- ✓ Providenciar cartões de identificação para uso a equipe técnica responsáveis por frentes de serviços, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso. O cartão deverá identificar a empresa, nome do funcionário e que estão a serviço da SEMA;
- ✓ Participar de reuniões programadas na CUCO/SEMA, para planejamento das etapas de trabalho, planejamento e definição dos padrões dos levantamentos de campo, bem como dos mapas finais.
- ✓ Levantar, organizar, sistematizar dados, bases e outros materiais disponíveis sobre a unidade de conservação;

- ✓ Identificar bases cartográficas oficiais e imagens de satélite compatíveis com a escala de trabalho a ser adotada;
- ✓ Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da seleção;
- ✓ Custear as despesas relacionadas a seguro para a equipe que realizar os trabalhos de campo, principalmente quem irá trabalhar na abertura de picadas, se necessário, levando em consideração o manusear de ferramentas de corte e trabalho em áreas com presença de animais peçonhentos.

8.2. Caberá a CUCO/SEMA:

- ✓ Conceder a(s) autorizações para o desenvolvimento das atividades previstas na legislação, se necessário;
- ✓ Disponibilizar à Contratada todos os documentos existentes que possam contribuir com a elaboração dos trabalhos inerentes a esta Especificação;
- ✓ Examinar e avaliar os materiais apresentados pela Contratada, a fim de deliberar pela aprovação ou rejeição nula, parcial ou integral destes, baseando-se nas especificações e, nas cláusulas contratuais e/ou no Plano de Trabalho aprovado;
- ✓ Apoiar a Contratada no desenvolvimento das atividades previstas;
- ✓ Emitir manifestação formal em relação aos produtos previstos na execução do contrato.

8.3. Caberá ao FUNBIO:

- ✓ Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- ✓ Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;
- ✓ Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- ✓ Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- ✓ Não comercializar, sublicenciar, arrendar, alugar, ou de outro modo transferir ou ceder como produtos a terceiros as bases cartográficas, imagens e/ou ortofotos cedidas, ainda que processadas (Produto de Valor Agregado), exceto com a prévia autorização da empresa fornecedora.

8.4. Premissas para a realização dos trabalhos

Dentre as premissas para elaboração trabalhos inerentes à presente Especificação, destacamos:

- ✓ Os trabalhos devem ser desenvolvidos em conformidade com o disposto nesta especificação e na legislação vigente;
- ✓ Considerar os atributos e objetivos de criação da UC, de acordo com o SNUC e com seu ato legal de criação;

- ✓ Importante que a equipe contratada esteja atenta as características das comunidades locais e demais moradores da região;
- ✓ Envolvimento do Conselho Consultivo da UC;
- ✓ Poderão ser realizadas reuniões (virtuais) entre a contratada e a contratante a fim de sanar dúvidas e alinhar entendimentos;
- ✓ Para aplicação das marcas nos produtos a serem apresentados, deverá ser verificada a orientação da Assessoria de Comunicação da CUCO/SEMA e FUNBIO;
- ✓ Todos os produtos previstos nesta Especificação serão revisados pela equipe da CUCO/SEMA e deverão ser corrigidos pela empresa contratada até a que a equipe da CUCO/SEMA os aprove.

9. HABILITAÇÃO

Esta Especificação tem como objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de georreferenciamento e topográficos, tais como medição, demarcação, utilização de sensoriamento remoto para implantação de vértices virtuais, implantação de marcos de orientação, implantação de placas de sinalização, confecção de plantas, memoriais descritivos, planilha de dados georreferenciados, além de outros itens que compõem o rol de peças técnicas do objeto a ser georreferenciado conforme orientações desta especificação e em atendimento à norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais vigente, e demais normas atinentes ao tema.

A Pessoa Jurídica interessada na execução dos serviços especificados para contratação deve possuir experiência na elaboração de serviços topográficos e georreferenciamento, realizados seguindo as Normas Técnicas de Georreferenciamento de Imóveis Rurais do INCRA.

9.1. Da Empresa

Para fins de Habilitação Técnica, a proponente deverá apresentar pelo menos uma (1) experiência em cada um dos itens abaixo:

- 1) Experiência comprovada em georreferenciamento (geodésia/geomática) de imóveis rurais conforme normatização do INCRA;
- 2) Experiência comprovada em serviços topográficos (agrimensura) e interface com SIGEF;
- 3) Experiência comprovada em serviços cartográficos (sensoriamento remoto, elaboração de mapas e Sistema de Informação Geográfica – SIG).

A comprovação será feita por meio de:

a) Comprovação de que a proponente possui em seu quadro técnico responsável habilitado tecnicamente, credenciado pelo INCRA, em situação regular junto à entidade profissional competente;

b) Atestados de Capacidade Técnica para a comprovação das experiências, fornecido por pessoas jurídicas de direito público e privado, declarando ter prestado serviços compatíveis e pertinentes com o objeto de seleção;

A interessada deverá possuir equipe composta pelo menos com os seguintes profissionais especializados, com formação acadêmica compatível enquadrados nos perfis apresentados no item 10.2.

9.2. Dos Responsáveis Técnicos

As empresas interessadas deverão comprovar que possuem os responsáveis técnicos para cada item conforme disposto nesta Especificação,

Toda a equipe de trabalho deverá ser coordenada por um profissional de nível superior, que trabalhará como coordenador e responsável técnico do serviço em campo e escritório. A formação do profissional, será comprovada por meio da apresentação de cópia do diploma ou certificado reconhecido pelo Ministério da Educação.

A experiência dos profissionais deverá ser comprovada por meio de Atestados de Capacidade Técnica (declaração, contrato ou certidão), fornecido por pessoas jurídicas de direito público e privado, declarando ter prestado serviços compatíveis e pertinentes com o objeto de seleção, e deve seguir as especificações da tabela 2 a seguir.

Tabela 1- Capacidade técnica da Contratada

	Formação (áreas afins)	Experiência profissional	Requisito profissional
Profissional de Georreferenciamento	Engenheiros Agrimensores, Cartógrafos, Arquitetos, Urbanistas, Geógrafos, Engenheiros Ambientais, Florestais, Agrônomos ou áreas afins.	02 (dois) trabalhos relacionados com a demarcação ou georreferenciamento de imóveis ou assentamentos rurais ou Unidades de Conservação.	Curso superior, registro na entidade profissional competente ou conselho da categoria e credenciamento (cadastro técnico) no INCRA.

Auxiliar de Campo	Formação em nível superior ou técnico em área correlata devidamente registrado no Conselho de Classe	Não será necessária comprovação de experiência	Curso superior, Técnico ou Tecnólogo, registro no conselho de classe da categoria.
--------------------------	--	--	--

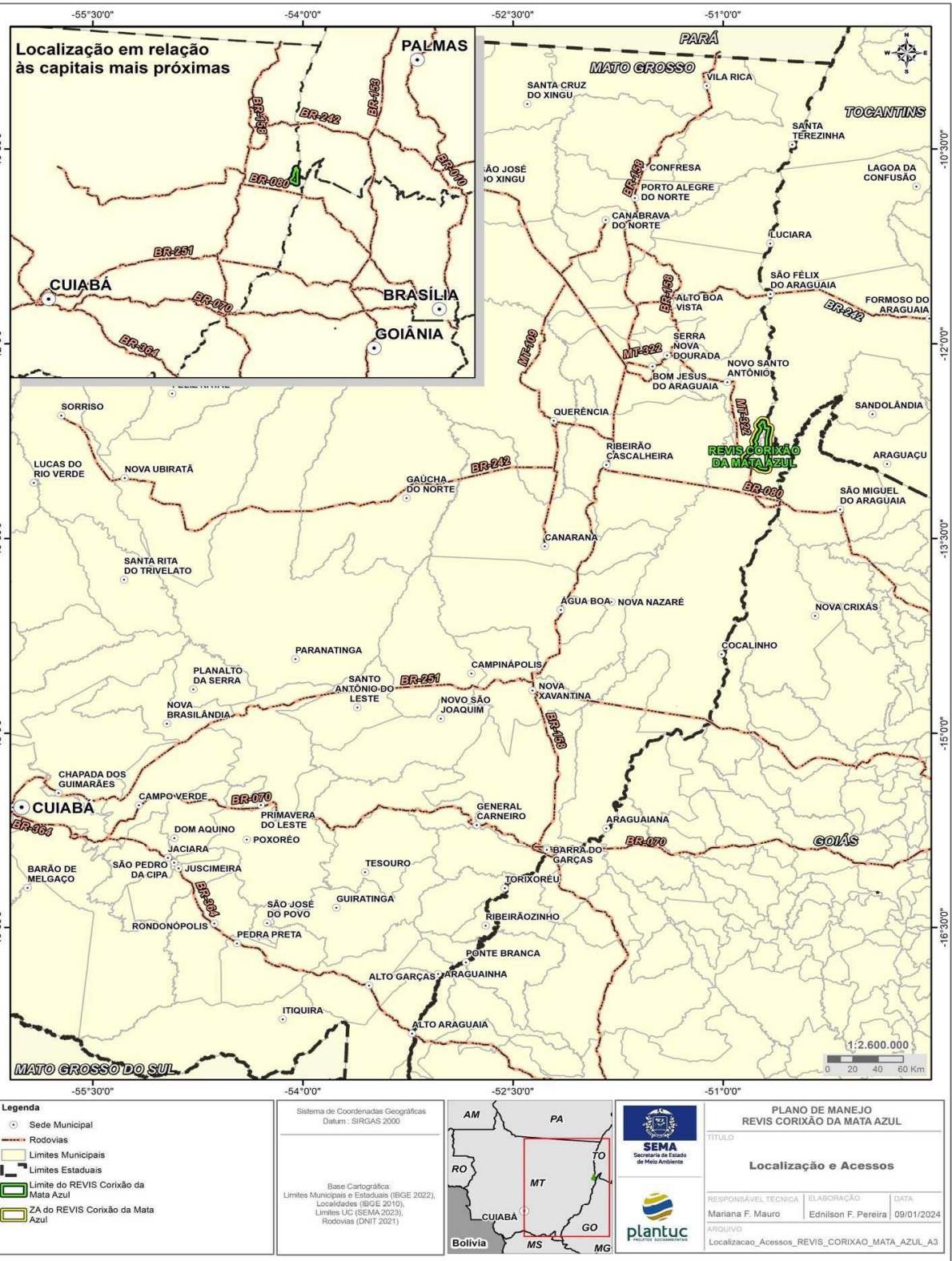
AS EMPRESAS QUE NÃO APRESENTAREM TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESSA ESPECIFICAÇÃO SERÃO ELIMINADAS. DENTRE AS EMPRESAS NÃO ELIMINADAS, AQUELA QUE APRESENTAR O MENOR PREÇO SERÁ SELECIONADA.

10. ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

A equipe responsável pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo contratado para execução do serviço a que se refere esta Especificação será a equipe instituída pelo Órgão Gestor, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas, além de acompanhar e participar de todas as etapas do processo de georreferenciamento e demarcação dos limites do Refúgio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul, conforme decreto de criação

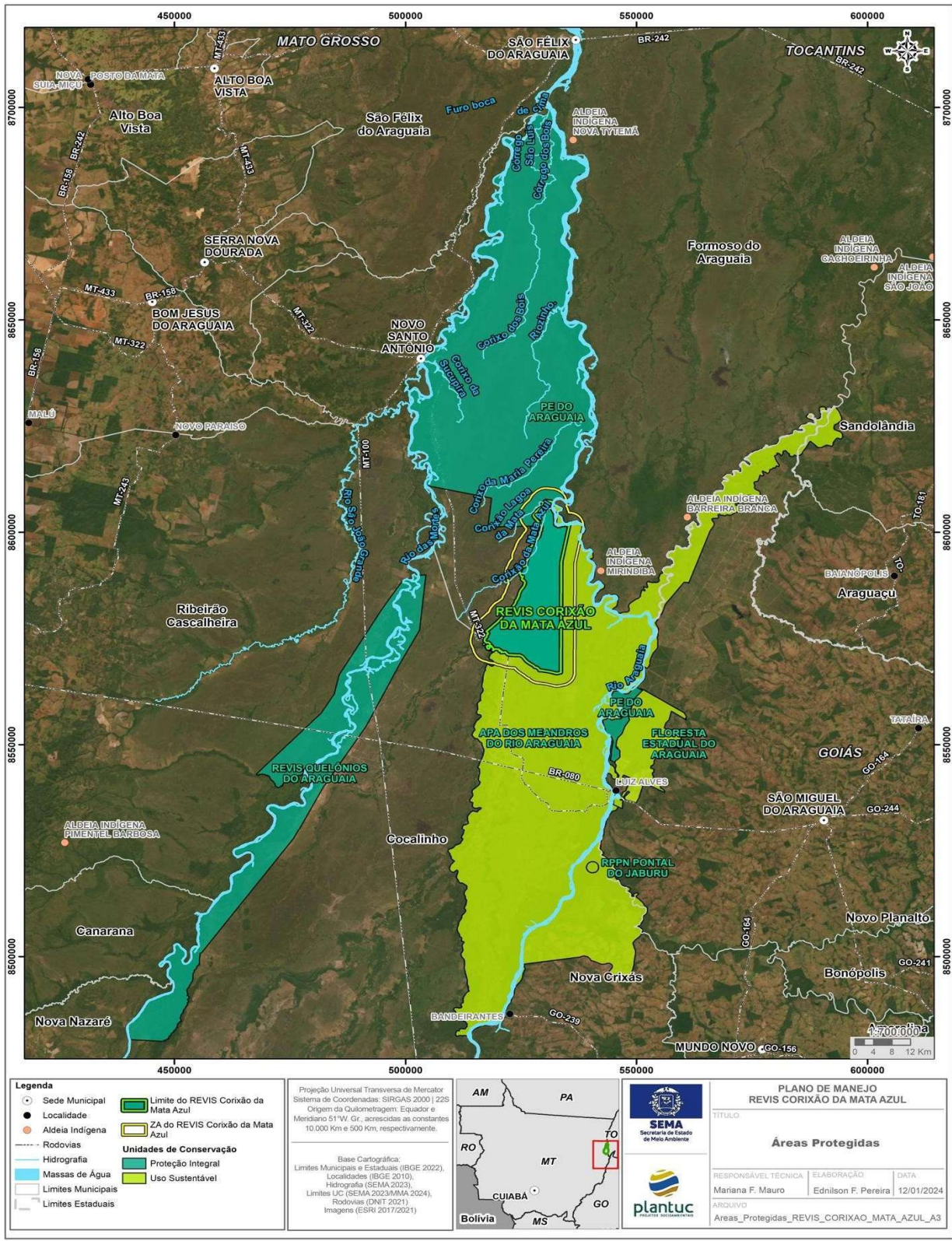
Quaisquer modificações no escopo do trabalho ou nos prazos de entrega deverão ser previamente aprovadas pela equipe de planejamento, assim como devem passar pela anuência do FUNBIO enquanto Contratante.

Os nomes e contatos da equipe responsável serão informados no processo de contratação da empresa vencedora.



Fonte: PLANTUC (2024a), Adaptado de SEMA/MT (2023).

Anexo II: Áreas Protegidas da região do entorno do Refúgio de Vida Silvestre Corixão da Mata Azul



Fonte: PLANTUC (2024a), Adaptado de SEMA/MT (2023).